

Governo Goulart: A democracia num equilíbrio instável

Leticia Ramos

Introdução

Segundo Dreifuss (1981) o golpe de 64 foi resultado de interesses classistas articulado por forças multinacionais e por associados, que agiram no sentido de desestabilizar o governo nacional reformista de João Goulart (p.483). Defensor da tese de conspiração internacional e/ou direitista, ele escreve: "[...] Essa 'desestabilização', a exemplo do que ocorreu no Chile em 1973, empreendeu, no Brasil, uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas. Através do complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática) - liderada pelo 'bloco de poder multinacional e associado' que penetrou com eficácia entre os militares, entre os membros das burocracias políticas, entre os sindicalistas pelegos (como o MSD e o MSR) . A estratégia era 'acirrar' a luta política das classes dominantes e elevar a luta de classes ao estágio de confronto militar, para o qual as classes trabalhadoras e seus aliados não estavam preparadas" (p.484).

Ao compararmos as afirmações de Dreifuss com os fatos, constatamos que a radicalização como tática política da direita não é uma evidência; pelo contrário, os governistas a utilizavam para bipolarizar as questões em função do conflito de classes cujo ápice foi o comício do dia 13.04.64. É o despreparo das classes trabalhadoras e das esquerdas, alegado pelo autor, para se confrontar pela força, (se necessário) com a burguesia, este parecia passar despercebido pelo presidente e seus aliados. Pois, sempre que julgava necessário, algum segmento das esquerdas tentava demonstrar força militar, ameaçando acionar os Grupos dos Onze. "[...] No fim de 1963 Brizola aparecia na televisão e no rádio do Rio

de Janeiro ao lado de fuzileiros navais uniformizados, convocando o povo para se organizar em vigilantes, o chamado 'Grupo dos Onze'", Parker, 1977. p.72.

Portanto, deixemos claro que análises exclusivamente macroestruturais como a de Dreifuss, Ianni e outros podem ser submetidas a críticas na medida em que vêem o ator político Goulart como simples executor de um papel político-social, cujas atitudes eram estruturalmente determinadas, e enquanto nós o entendemos como um jogador que fez escolhas coletivas e/ou individuais anteriores que restringiram as suas opções futuras.

Desse modo, analisamos as atitudes tomadas de 61 a 64 como opções de arranjos institucionais feitas pelos atores políticos, a partir de seus interesses que limitaram as opções futuras dos mesmos. Ações tomadas por dois atores: de um lado, governistas compostos por Goulart, centrais sindicais, PTB, PCB, PC e PSD. Este sendo partido direitista majoritário tornou-se aliado ao defender a posse de Jango e ao integrar a coalizão parlamentarista porque via na mudança de regime, a oportunidade de influenciar a formação do gabinete. Conseqüentemente, recuperaria a influência perdida (com a vitória de Quadros) sobre o governo central. De outro lado, a oposição composta pela UDN, militares golpistas, partidos conservadores, líderes radicais, a exemplo de Brizola, que mesmo contra o pacto não foram capazes de oferecer-lhe grande resistência.

Esta divisão é metodológica, com isto, não queremos afirmar que tais atores representem blocos monolíticos; de fato, os dois grupos são internamente subdivididos em facções em disputa. Porém, o que sobressai são as atitudes que tomam no âmbito externo provocando uns aos outros ou reagindo a essas provocações. Curiosamente, o que se destaca nas ações governistas é a radicalização, o confronto como tática para atingir seus objetivos.

Analisando a citação abaixo de Bandeira, ministro da justiça de Goulart, percebemos que este recurso político foi levado à exaustão até o último mês do governo, quando o presidente optou por continuar com as esquerdas e organizou *"[...] a realização do comício simultâneo em várias capitais do país, onde a campanha pelas reformas de base culminariam, com uma concentração de 1 milhão*

de pessoas, em São Paulo, comemorando a data de 1º de Maio. A idéia do então presidente seria mostrar ao Congresso que o povo brasileiro o apoiava. E, se caísse, cairia de pé, na batalha pelas reformas de base” (op.cit. p.162).

Na realidade, aquele comício revelou-se uma (falsa) demonstração de força popular e das esquerdas, *um erro de cálculo político*. Os aplausos dos militantes quando Goulart assinou, em público, os decretos sobre o uso da terra, necessariamente não representavam, como se pode inferir das palavras de Dreifuss, a tomada de consciência do “povo”¹, e que a partir daquele momento teria decidido pelo acirramento da luta de classes.

Para a oposição, a euforia dos militantes presentes ao comício e as atitudes do executivo significavam a opção dos governistas pela radicalização e a confirmação das suspeitas sobre as intenções do Presidente. Neste sentido, o embaixador norte-americano Walter Gordon lembrou uma conversa mantida com Goulart, em fins de 1963, quando o diplomata norte-americano dizia ao presidente que “achava esquisito tomar faixa de terra à beira das rodovias e chamar isso de reforma agrária”, ao que Goulart respondeu:

- “Está bem, eu sei tudo isso, mas isso vai ferir principalmente os coronéis do PSD (partido político conservador) ”.

Como estratégia política, o presidente reforça mais ainda as suas críticas à Constituição e ao Congresso. Diante de uma multidão de 200 mil pessoas presentes ao comício sem temer que o chamassem subversivo proclama “[...] *a necessidade de mudanças na Constituição, que legalizava uma ‘estrutura econômica superada, injusta e desumana’*. [...] *e anuncia a desapropriação de terras*

¹Nos termos clássicos, a base da ação coletiva jaz nos interesses comuns originados na esfera da produção econômica, isto é, nos interesses de classe, e na capacidade coletiva de realizá-lo. Essa capacidade é conquistada através da tomada da consciência de classe. Neste sentido, a ação coletiva se dá a partir do momento em que as classes deixam de ser “classe em si” e passam a ser “classe para si”. Em outras palavras, a tomada de consciência é a condição suficiente para que se realize uma ação coletiva.

*urbanas.*² (*op.cit.*, p.163). Brizola apela “para que se feche o Congresso e se realize um plebiscito para instalar uma assembléia nacional constituinte com o propósito de se criar um Congresso Popular, constituído de trabalhadores, camponeses, sargentos, oficiais nacionalistas” (*idem*).

Ainda neste discurso, Goulart comete o pecado capital: promete romper com um direito constitucional, sagrado e inalienável à propriedade privada. Assim, ele fovece à oposição, o argumento de que ela precisava para conspirar *em defesa da legalidade* (Figueiredo, 1993, p.182) e de se sentir no direito de se confrontar com o presidente, em função de este estar desrespeitando as Instituições. Dentre as mais graves reações que o comício provocou constam o pedido de *impeachment* de Goulart solicitado pela UDN, por parte do PSD e de outros partidos menores; o apoio cada vez mais amplo da opinião pública aos golpistas, que culminou com a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” com 500 mil pessoas nas ruas de São Paulo, em 19 de março; e a mais significativa de todas as conseqüências: a adesão de Castelo Branco à deposição de Goulart.³

O interessante é que o presidente e seus aliados pareciam estar (e estavam de fato) despreparados para as reações desencadeadas com o comício. A manutenção da estratégia dominante

2 Através dos decretos Nacionalização e SUPRA. O primeiro nacionalizando refinarias particulares afetava um setor essencialmente brasileiro, e deixava intocadas as companhias norte-americanas de distribuição de petróleo. O Decreto SUPRA era economicamente inviável devido a cláusula institucional que exigia o pagamento antecipado em dinheiro para terras desapropriadas. (Figueiredo,1993, p.179). As medidas anunciadas pelo executivo tiveram repercussões políticas imediatas. Foram considerados uma ameaça frontal ao direito de propriedade. O Decreto SUPRA por ser economicamente inviável, ampliou a expectativa de que o governo em breve iria confiscar terras e de que as propriedades seriam invadidas por camponeses. Conseqüentemente engrossou as fileiras dos conspiradores.

3 De acordo com Przeworski, 1986, p.54/55 “ [...] um limite é atingido quando um número suficiente de atores atribui uma alta probabilidade de sucesso a esses movimentos”. Nesse sentido, com a “Marcha da Família”, em março, “o limite crítico” foi ultrapassado. Juntar-se ao movimento contra o governo tornou-se atraente para os opositoristas de sempre, para os colaboradores de centro e para os que anteriormente eram neutros. Além do que a “conspiração” tornou-se “revolução”.

3 [...] Na noite após a realização do comício numa conversa com o ex-adido norte-americano Walter Gordon, Castelo Branco comentou: “Os únicos símbolos que vi foram foices e martelos”. Enquanto contemplava e escutava a multidão e os discursos, Castelo decidiu depor Goulart. (*op. cit.*, p. 87).

demonstrava que eles superestimavam o próprio poder e, principalmente, subestimavam o de seus adversários.

No entanto, Bandeira (p. 165) interpreta [...] *“que a significação daquele comício, a saída à praça, levou o Governo às ruas, ao encontro dos trabalhadores. E as classes dominantes recearam que a democracia burguesa desbordasse e as massas, em ascensão, aprofundassem o processo de reformas”* grifo nosso.

Suas afirmações nos levam a indagar sobre quem são as massas às quais o autor se refere, quais os indicadores reais de sua ascensão para a tomada do poder. Goulart, como todo populista, gostava de demonstrar que seu interesse, o das ‘massas’ e o de seus aliados eram o mesmo: a realização de reformas estruturais, através da Democracia populista. Mesmo estando evidente que o interesse maximalista dele e de seus aliados era a manutenção do poder, se “necessário” em detrimento da Democracia.

O comportamento de Goulart durante as negociações para que assumisse a presidência demonstrava que ele não possuía uma estratégia dominante, pois levava em consideração a reação dos militares. Ele não arriscava mesmo diante das inúmeras manifestações a favor da manutenção da legalidade constitucional, tais como o repúdio unânime dentro do Congresso ao veto militar (inclusive da UDN), os movimentos grevistas nas capitais do país, a rede da legalidade de Brizola, o apoio do marechal Henrique Lott. Por isso, quando, em 1961, os ministros militares do ex-presidente Jânio Quadros vetaram o nome de Jango para presidente, este, que se encontrava em visita oficial à China, poderia ter retornado ao país e ter se arriscado, na tentativa de impor o seu direito constitucional de assumir o cargo: perderia ou ganharia, no confronto de forças.

No entanto, escolhendo uma estratégia *“avessa à risco”*, isto é, que lhe garantisse o poder, ainda que limitado, ele somente decidiu voltar quando estava garantido um acordo com os militares. Pacto que possibilitaria a mudança do regime para o Parlamentarismo, através do qual ele (Goulart) se tornou o presidente, com poderes restritos. A opção básica, a submissão de Jango a tal acordo, revela o seu conhecimento de que qualquer decisão política necessitava do apoio dos militares, “o grupo mais poderoso no Brasil” (Parker, op. cit, p.68).

Portanto, em primeiro lugar não seria a “massa” que decidiria sozinha, ou tão somente com o apoio das esquerdas, os destinos do País nem em 1961 nem três anos depois, como Jango quer dar a entender em seu discurso do dia 13 de março de 1964. Segundo, ao aceitar a coalizão parlamentarista, Goulart demonstra que “não desejava perder a oportunidade de assumir a Presidência da República” (op.cit. p.68).

As análises indicando que o comício de março de 64 amedrontou a burguesia (naturalmente provocou intranqüilidade), pela possibilidade de ascensão das massas, na realidade escondem que os governistas *superestimaram* o peso político de 200 mil espectadores que lá compareceram. Número inferior, no entanto, aos 38% dos votos, cerca de três milhões e oitocentos mil eleitores que reelegeram Jango vice-presidente, em 1960. A avaliação da embaixada norte-americana, na época, mostrava que o presidente “era apoiado (apenas) por 25% da população e do Congresso” (op. cit. p.92). Portanto, parece que Jango se embriagou com seu próprio discurso classista e com o de seus aliados, baseado na tese de antagonismo e não- conciliação dos interesses da burguesia e dos trabalhadores.

Raciocinando sob a égide do antagonismo de classe, poder-se-ia concluir que os trabalhadores convocados por Goulart atenderiam ao seu chamado, ou seja, entrariam em confronto com qualquer um que se opusesse aos seus interesses de classe, ou melhor, como disse Otávio Ianni (1967),

“[...] A mobilização do povo a favor das reformas de base e em oposição às forças conservadoras do Congresso Nacional ficou cristalizada no comício do dia 13 de março de 64. Aquele comício representou o clímax e o fim das políticas de massa: como técnica de sustentação do poder político e como expressão fundamental da democracia populista, simbolizava a decisão do povo, do presidente e dos líderes nacionalistas e de esquerda e a existência das condições políticas para uma ruptura estrutural”.

É evidente que a literatura sobre o assunto, ao privilegiar expressões de classe e ao interpretar a decisão do “povo” de ir ao comício como uma condição para a ruptura estrutural, se inspirou no padrão getuliano de “povo”. Este populismo foi levado ao

extremo pelo governo Goulart.

A crítica que também se pode fazer à citação acima baseia-se na visão teleológica de Lanni, porque o seu desejo político se sobrepõe a sua percepção analítica e antevê que aquele momento político faz parte de um processo histórico maior: a revolução que se aproximava. Trata-se ainda de visão (funcionalista) de comportamento como produto da "internalização" das normas sociais. Pois, pressupõe que "os trabalhadores, ao ir ao mencionado comício, se comportavam de acordo com os valores partilhados, em face, primeiro, de uma internalização desses valores e em segundo lugar, de sua execução"⁴.

A questão principal que se coloca é a de entender a razão por que eles não voltaram às ruas, no dia do golpe, em 31 de março de 64 e nos dias subsequentes, em defesa de seus interesses classistas, representados pelas reformas de base de Goulart.

Parece muito difícil, para os analistas supracitados, admitir que o "povo", ao ficar em casa naquele dia 31, fez uma escolha diferente daquela desejada por Goulart. Pode-se ainda constatar que a existência das mencionadas "condições políticas" só existia no desejo (posto em prática pela estratégia dominante) do presidente e de seus aliados, e que estes, apegados ao poder, somente admitiam uma saída ótima para os seus interesses que, todavia, se revelou um desastre coletivo (Elster, 1993).

O comportamento do "povo" acima descrito analisado sob a perspectiva de Przeworski (1989, p.19) indica que:

"os indivíduos defrontam-se com escolhas, [...] e pode acontecer de existirem condições sob as quais sua escolha seja tomarem-se operários e cooperar com capitalistas contra outros operários. Porém, realmente têm escolha, e devemos analisar toda a estrutura de opções como dada para os indivíduos, não para os operários.

4 Przeworski, 1989, p.114/115 e Elster, segundo o autor em livro "Marx Hoje" o funcionalismo é uma das características das explicações marxistas incompatíveis com o individualismo metodológico, pois o funcionalismo tenta explicar os fenômenos sociais em termos de suas conseqüências benéficas para alguém ou alguma coisa, mesmo que não se demonstre a intenção de produzir tais conseqüências. Elster, 1989, p. 35 e 1991, p.56.

Do contrário, o caráter de otimização de uma estratégia pode ser incompreensível se truncarmos o conjunto de escolhas considerando os indivíduos como operários natos”.

Adesão, democracia, ação instrumental e estratégia dominante

Além das explicações macroestruturais de Dreifuss, Bandeira, Ianni duas outras abordagens atribuem fatores deterministas a deposição de Goulart: a “ausência na “qualidade da liderança política do presidente”, cujos atos, nos últimos meses de regime, minaram crucialmente todos os apoios existentes, como afirma Stepan (1978, p.11) e “paralisia de decisão” (Santos, 1988, p. 10). Figueiredo (1993) discorda dessas opiniões por serem ambas, explicações estruturais, políticas e econômicas. Essas análises aceitam como único possível o resultado que emerge da reconstrução da racionalidade inerente à sucessão de eventos que realmente aconteceram. Baseando-se em Przeworski, a autora garante que o fato de “o pacto populista” como tal não mais se sustentar não significa que o resultado autoritário fosse inevitável (op.cit.p.27). Um compromisso político poderia ter sido obtido através de diferentes alianças e coalizões que visassem a apoiar um governo democrático.

Concordamos com Figueiredo que tanto Stepan quanto Santos apresentam explicações insuficientes para a deposição de Jango na medida em que desconsideram a relação estratégica entre os atores envolvidos nos acontecimentos entre 1961 e 1964. Nesse sentido, discordando da tese de que Goulart perdeu o poder mais em função de seus “acertos” (leia-se uma gestão voltada para os interesses populares com a implementação das reformas nacionalistas) do que de seus “erros”, anotamos equívocos fundamentais dos líderes petebistas, que contribuíram para o próprio fracasso. Primeiramente, eles superestimaram a força do “povo” e o confundiram (em termo de número e categoria sociológica) com um segmento operário militante sindicalizado, que se mostrava politizado, porém, inexpressivo e impotente para fazer “mudanças estruturais”. Os comunistas encaravam a vitória no plebiscito como uma demonstração prática de que a correlação de forças havia sido profundamente alterada para um estágio irreversível, a partir do qual seria possível impor as reformas desejadas ao Congresso ou mesmo promovê-las independentemente dele (Vinhas, 1982, p.190). Em segundo lugar,

apostaram todos os seus recursos políticos no sucesso da Democracia populista, sem avaliar as clivagens (entre os trabalhadores, a pequena burguesia, os militares, os aliados, etc) e as conseqüências destas; e, finalmente, “nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas” (Przeworski, 1993, p.29).

“[...] A democracia está consolidada quando a incerteza se institucionaliza: ninguém pode controlar os resultados do processo político ex-post, os resultados não são predeterminados ex-ante e fazem diferença dentro de certos limites previsíveis” (op. cit., 1989, p.21).

Os atores envolvidos com os acontecimentos de 64 pareciam pensar de maneira diferente. A coalizão pró-Goulart, que substituiu o Presidencialismo pelo Parlamentarismo, através de um ato adicional, acomodou provisoriamente os interesses dos principais grupos envolvidos no compromisso. Sobretudo, revelou a visão instrumental da Democracia, mantida tanto pela direita quanto pela esquerda, que a compreendiam como um estado que atendia aos seus interesses (O'Donnel, 1986, pp 16/17). Primeiro foram os militares, que (somente) aceitaram Jango como presidente com a garantia de que poderiam limitar suas ações e se livrar dele quando fosse preciso. Para isso, impuseram ao ato adicional duas cláusulas: o presidente não poderia dissolver o Congresso nem promover eleições (características do novo regime), porém seria submetido ao *impeachment* caso houvesse “risco para a segurança nacional”.

Em seguida, foram os líderes dos partidos conservadores para quem a manutenção da legalidade com a mudança de regime, garantiria o processo eleitoral com vistas às eleições de 1965 e lhes permitiria candidatar-se à Presidência da República. Da parte do PSD seu apoio ao regime parlamentarista baseava também num cálculo eleitoral: empossado presidente, Goulart seria excluído da disputa da próxima eleição. Segundo a Constituição de 1946, ninguém podia exercer o cargo de Presidente por dois mandatos consecutivos; este dispositivo também vedava aos parentes do titular de sucedê-lo. Tal dispositivo constitucional impedia Goulart e Leonel Brizola de candidatar-se em 1965, *a não ser que a Constituição fosse emendada.* (Santos, op.cit., p.65).

Como vimos, as atitudes dos representantes da coalizão pró-Goulart se coadunam com as afirmativas de Przeworski para quem num regime democrático os perdedores, que ex-ante aceitaram as regras do jogo, só aderiram aos seus resultados instituídos (no caso a posse de Jango como presidente) porque anteviram as possibilidades de tomar a ganhá-lo em um curto espaço de tempo (op. cit., 1993, p. 37).

Já na primeira fase do governo janguista que vai de setembro de 1961 a janeiro de 1963 caracterizando-se pelas manobras e contramanobras que levaram à restauração dos plenos poderes presidenciais Goulart procura mudar imediatamente o resultado do jogo. Ao assumir a presidência sob o regime parlamentarista ele muda de estratégia escolhendo se confrontar com o parlamento. Adotando uma estratégia dominante, ou seja, agindo sem levar em consideração as reações de seus opositores, ele tentava mudar os resultados *ex-post*.

Esta nova postura se dá porque ele acredita, primeiro, que o espírito de legalidade das Forças Armadas as impediriam de agir contra o Governo e segundo, que disporia infinitamente da força da mobilização popular para pressionar por mudanças de seu interesse.

Além disso, uma mudança institucional que contribui também para que Goulart assuma, como estratégia dominante, a concentração de poder, é o fato de ele necessitar apenas de um plebiscito nove meses antes do final de seu mandato para restaurar o Presidencialismo. Curiosamente, o referendun que foi criado porque atendia aos interesses daqueles que desejavam o presidencialismo, após a saída de Goulart, lhe serviu como uma arma para a aquisição antecipada de plenos poderes.

A temporabilidade do cargo e a inelegibilidade presidencial para um segundo mandato passam a estruturar as relações entre os atores. Tal impedimento coloca o presidente diante de duas estratégias: reformular a emenda constitucional legalmente ou suprimi-la através da força e, conseqüentemente, instituir um governo autoritário.

Empossado, Goulart escolhe a primeira estratégia. Utiliza como arma, para concentrar poder através da força, a prerrogativa de

nomear todos os ministros no Conselho dos Ministros. Adota como estratégia maximalista a desestabilização do regime, minando os esforços dirigidos para as reformas e impedindo o governo de atuar em questões econômicas prementes, conseqüentemente levando as instituições ao descrédito.

Ressaltamos, porém, que o resultado desse processo não ocorre por acaso. Ele é construído, isto é, resulta da interação estratégica dos atores em disputa. Nesta construção, no entanto, Goulart desempenha o papel principal. Andrade (op.cit. in Figueiredo, 1993) afirma que Jango já lançara, em seu discurso de posse, a campanha para a mudança de regime parlamentarista.

Nessa relação de interação estratégica, os oposicionistas não reagem às tentativas de enfraquecimento das instituições por parte de Goulart. Ele não é punido e se sente encorajado a continuar impondo a sua estratégia. Essa impunidade ocorre por dois motivos: primeiro, porque para a coalizão pró-reformas era irracional aceitar mudanças lentas, limitadas quando poderia alargar a representação parlamentar nas eleições de 65 e tentar impor as mudanças amplas; e segundo as lideranças políticas conservadoras viam nas ações do presidente a realização, sem custos, de seus interesses imediatos (a restauração do Presidencialismo).

Przeworski, analisando o problema da adesão no sistema democrático, conclui que "as únicas formas de não-adesão que afetam o caráter espontâneo da democracia são as estratégias que buscam (1) alterar posteriormente os resultados do processo democrático e (2) reduzir drasticamente a confiança dos demais atores nas instituições. Portanto, não aderir é o mesmo que subverter o sistema democrático para passar por cima de seus resultados" (p.49).

O comportamento dos atores políticos de 64 corrobora a tese supracitada em seus dois aspectos: as tentativas de subversão à direita e à esquerda no governo de Jango, isto é, a tentativa de golpe de 61 pelos militares, a coalizão dos parlamentaristas, o bloqueio de Goulart à aprovação de quaisquer reformas, a articulação direitista do IPES/IBAD, a antecipação do plebiscito, correspondem a ações visando a mudar os resultados. Como tentativas ex-post destacamos a tentativa de minar o Plano Trienal no Congresso, a

decretação do estado de sítio, a revolta dos sargentos. Enfim, a manutenção da Democracia nunca foi objetivo dos janguistas nem dos golpistas. A instabilidade era uma constante naquele período, em função dos interesses imediatistas dos atores políticos e talvez, numa certa medida, ainda seja.

Zaverucha, em *Rumor de Sabres* (1994), analisa a prerrogativa do controle de militares pelos civis na Espanha, Argentina e Brasil. Conclui que, no Brasil, existe uma Democracia tutelada, ou seja, os militares estão organizados de forma absolutamente autônoma, sem o controle dos civis, a despeito de terem caminhado do Autoritarismo para a Democracia. Ele define a Democracia brasileira como resultante de uma tutela amistosa nas relações dos militares e civis, sendo, esta, um empecilho à consolidação democrática. Mas até quando perdurará essa situação de "concessão" militar? Isso não sabemos. Durante a constituinte de 1988 perdemos a oportunidade de definir regras claras sobre o poder dos militares na Carta Magna, que manteve, pelo contrário, enclaves autoritários.⁵ O mais grave é que a base institucional do controle dos civis sobre os militares constitui o ponto nevrálgico da consolidação democrática (idem, p.50).

Retomando a questão (por que milhares de brasileiros não esboçaram a mínima reação contra o golpe?) continuei me apoiando em Przeworski, para quem os líderes partidários parecem não compreender que,

"[...] se os partidos políticos não mobilizam as pessoas como operários e sim como as 'massas', o 'povo', os 'cidadãos' [...] os operários tornam-se menos propensos a identificar-se como membros da classe e, conseqüentemente, a votar como operários"(op.cit.p.42).

Utilizamos a premissa acima para tentar compreender porque (apenas) choques esparsos entre estudantes universitários e a

⁵ Dentre as prerrogativas apontadas em Zaverucha (1992), destacamos: inexistência do Ministério da Defesa, polícia e organizações para- militares sob controle das Forças Armadas, a existência de oficiais da ativa no comando das polícias locais, controle militar sobre as áreas de atividade econômica civil (indústria espacial, aviação, navegação etc) e a quase inexistente possibilidade de os militares serem julgados por um tribunal civil.

polícia (ocorridos no Rio) marcaram o único ato de resistência pública à intervenção militar que a cidade havia testemunhado (Santos, 1988, p. 15). Mais precisamente, para refletir sobre o porquê de nove milhões de eleitores, que votaram no plebiscito pela volta do Presidencialismo em 06.01.63, preferirem ficar em casa no dia 31 de março de 1964, agindo como se não se sentissem ameaçados em seus interesses de classes, não se mostrando convencidos a reagir contra os golpistas.

Alguns diriam que a greve dos transportes, conclamada pelo CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) foi um erro, na medida em que manteve os trabalhadores em casa e, portanto, impossibilitou-os de somar sua suposta determinação de classe aos esforços dos estudantes (*idem*).

No entanto, (Figueiredo, p.192) enfatiza que "a organização central dos trabalhadores não dispunha de mecanismos apropriados para controlar os trabalhadores individuais [...] e, por exemplo, não conseguia o apoio deles para restringir salários. A relação entre central e trabalhadores era muito frágil, em dois pontos: como o CGT monopolizava a representação, conseqüentemente, os acordos salariais beneficiavam todos os trabalhadores de uma dada categoria independentemente de filiação sindical, fato que desestimulava a *participação destes*, além disso, os fundos sindicais eram provenientes de um imposto sindical, um dia de salário descontado por ano de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não".

Nesta estrutura os líderes sindicais negligenciavam as suas bases, visto que a sobrevivência financeira do sindicato estava garantida. Por essa razão, o nível de sindicalização era muito baixo: 13% em São Paulo, a despeito da exigência formal de que o sindicato deveria possuir um terço dos trabalhadores de sua categoria. Da mesma forma, Grieco (1979) afirma que a habilidade de mobilização do CGT para greves políticas era afetada diretamente por fatores externos, tais como a tolerância governamental para tais greves e a coincidência de interesses entre lideranças sindicais e grupos da elite governamental.

Mas os líderes sindicais e políticos jamais demonstravam um conhecimento e uma avaliação realista dessas variáveis, falando e se comportando como se tivessem a situação sob controle. Além

disso, as atitudes do presidente não unia os seus aliados numa ação concertada. O populismo precisava dessa coesão (uma liderança de força) para não desagregar os seus adeptos, porém Goulart não era esse líder nacional forte nem a liderança "radical" exigida pelas esquerdas.

Com relação às "massas", as mensagens confusas de Jango não favoreciam a conscientização delas; pelo contrário, as confundia. A política oscilante do executivo alimentava desconfianças tanto das esquerdas quanto da direita, ora atendendo às reivindicações do CGT – Comando Geral dos Trabalhadores, elevando os salários dos servidores públicos em 70%, em prejuízo do Plano Trienal conseqüentemente "induzindo" os grupos capitalistas a adotarem uma posição mais rígida em relação ao mesmo (op.cit. p.192), ora agindo em prol da ala conservadora, demitindo o ministro do trabalho, Almino Afonso, considerado ultra-radical pelo PSD, UDN e similares, mas que havia assumido o cargo por imposição do CGT.

Goulart, em sua estratégia de conseguir somar mais força, segundo ele, para "realizar as reformas", sempre amiscava a unidade de seus aliados e opositores desprezando a negociação via parlamento. Suas atitudes contraditórias e a de seus aliados "demonstravam falta de habilidade política, uma vez que descartavam concessões e compromissos [...] em favor de reformas graduais"(op.cit., p.56).

2. GOULART: AS OPORTUNIDADES PERDIDAS

Em seu livro *Democracias ou Reformas?* (1993), Argelina Figueiredo afirma que, no início dos anos 60, no Brasil, Democracia e reformas eram percebidas como objetivos políticos conflitantes. Nesse período, um conjunto de reformas políticas e socioeconômicas tomou-se prioritário na agenda política, e as instituições democráticas do país ruíram sob a pressão de forças contrárias e radicais, em prol e contra a mudança social.

Investigando as possibilidades de sucesso de soluções político-institucionais que, dadas as condições vigentes, pudessem combinar

Democracia com reformas sociais, a autora (idem, p.22) defende a hipótese de que

“[...] o regime autoritário instalado em 1964, no Brasil, não foi o resultado de uma toda-poderosa conspiração direitista contra o regime anterior. Tampouco foi a consequência inevitável de fatores estruturais políticos e/ou econômicos, alguns dos quais já atuavam quando, em 1961, um golpe militar foi abortado”.

Figueiredo argumenta que entre 1961 e 1964 escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para reformas, e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementação, sob regras democráticas, de um compromisso sobre estas reformas. Quais foram as oportunidades perdidas para conciliar Democracia e reformas? A autora apresenta duas: a primeira, sob o regime parlamentarista e, a segunda, sob o Presidencialismo. A primeira oportunidade perdida foi o esfacelamento da ampla base de apoio que se formou para garantir a posse de Goulart. Naquela ocasião, o presidente somou apoio em todas as frentes com força política: militares, vários conservadores, personalidades conflitantes que, naquele instante, possuíam um interesse comum: a manutenção da legalidade.

Apenas uns poucos se recusaram a integrar a coalizão, a saber, a ala esquerda do PTB, líderes socialistas que chamaram o acordo de “golpe branco”, o candidato do PSD Juscelino Kubitschek – que pretendia se reeleger presidente em 1965 e via, na instituição do novo regime, a destruição de seus sonhos – e os militares golpistas daquele momento.

Porém, Goulart não respeitou o acordo parlamentarista que possibilitou a sua posse, perdendo a oportunidade de realizar reformas graduais apoiado pelo Congresso, preferindo minar o regime internamente e restabelecer o Presidencialismo a todo custo.

Seu primeiro ato foi tornar inviável a existência de gabinetes parlamentaristas com apoio partidário no Congresso e a

institucionalização do regime⁶. Tal procedimento garantia a instabilidade democrática e bloqueava a aprovação de quaisquer reformas, fato que Goulart apresentava como resultante de sua falta de força política em função do regime vigente.

Agindo de acordo com sua estratégia dominante, Goulart não se importava com o fato de não dispor de maioria parlamentar, por estar enfrentando ameaças de rebeliões entre seus aliados, e por não conseguir convencer o Congresso a antecipar a data do plebiscito. Ele respondia a tais dificuldades apelando para medidas extraparlamentares, mobilizando manifestações públicas de apoio à antecipação plebiscitária.

Neste sentido, estreitou seus laços com os radicais de esquerda apoiando Brizola na criação da Frente de Libertação Nacional, em um esforço para unir grupos de diversas camadas sociais; em junho de 1962, eles criaram o Movimento Sindical Democrático, em seguida, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), de tendência esquerdista.

No mês de julho, a UNE (União Nacional dos Estudantes) declarou que somente o Socialismo salvaria o Brasil. Em 11 de setembro, o CGT conclamou greve geral; no dia 13 de setembro, o comandante do III exército, general Jair Dantas, telegrafou ao ministro da Guerra, afirmando que não seria capaz de assegurar a ordem em sua região se o Congresso continuasse a bloquear a antecipação do plebiscito. E no dia 14 de setembro, o golpe de misericórdia no Parlamentarismo foi dado quando o gabinete de Brochado da Rocha renunciou, juntamente com o ministro da Guerra e, finalmente, no dia seguinte, o Congresso fixou a data do plebiscito para 06.01.63.

⁶ Em cerca de um ano e três meses (entre setembro de 1961 e final de 1962) Goulart teve pelo menos cinco Primeiros Ministros. O primeiro, Tancredo Neves, do PSD, liderou um ministério de "unidade nacional" em vez de um gabinete partidário. Discordou das pretensões do presidente para restabelecer de imediato o presidencialismo e evitando entrar em conflito em público com Jango renunciou três meses antes das eleições de outubro daquele ano para se tornar elegível. Goulart "aproveitou a oportunidade para criar uma crise artificial, indicou ao Congresso pelo menos dois nomes com problemas de confirmação: o primeiro, o petebista San Tiago Dantas, que havia se pronunciado favorável a uma reforma agrária radical, foi recusado pelo Congresso; o segundo, Auro de Moura Andrade, de centro direita, bem aceito pelos conservadores". Porém, Goulart o fez renunciar 48 horas depois de ter assumido, após uma conversa na qual o mesmo comunicou que não trabalharia a favor do plebiscito; o terceiro, Brochado da Rocha, que renunciou para pressionar o Congresso em favor do plebiscito.

Entretanto, duas conseqüências da estratégia dos governistas devem ser consideradas. Com o retorno do Presidencialismo Goulart foi duplamente derrotado, pois deixou de realizar, durante o parlamentarismo, reformas brandas e graduais, que poderiam possibilitar a estabilidade democrática além de alertar seus companheiros. Estes interpretaram o apoio do presidente às organizações populares como um ato personalista, visando a interesses pessoais e não às reformas estruturais. Mais do que tudo acumulou desconfianças que mais tarde dificultaram sua tentativa de unir forças de direita e esquerda em prol de um projeto de cooperação. A segunda conseqüência diz respeito a avaliação irrealista de poder, que a coalizão pró-reformas fez de sua capacidade de se confrontar com as forças de oposição ao programa de reformas.

A segunda oportunidade perdida, destaca Figueiredo, foi a tentativa de implantar o Plano Trienal (1963), durante o regime presidencialista; o plano combinava algumas reformas sociais com um programa ortodoxo de estabilização econômica de combate à inflação através de restrição salarial, limites de créditos e de preços e cortes nas despesas governamentais. Esta segunda fase do governo durou de 30 de dezembro de 1962 – dia do lançamento do Plano Trienal a 16 de maio de 1963, data em que o executivo fez de sua plataforma de governo as reformas institucionais e econômicas com ênfase na reforma agrária e comprometeu o futuro de seu governo.

Partindo das reflexões da autora, podemos inferir que, para a implementação do Plano Trienal, fazia-se necessária a realização de uma ação coletiva por parte dos partidos envolvidos; do contrário, os resultados poderiam ser inesperados, como o foram, ou seja, em março de 64 atinge-se o consenso negativo que levou ao golpe. Elster (1989, pp 17-49) define um “problema de ação coletiva” como aquele em que todos se beneficiam se todos cooperarem, mas cada um se beneficia mais se se abster de cooperar.

Goulart e seus aliados preferiram se abster. Superestimando o voto de confiança dado ao governo no plebiscito, o presidente não percebeu que não lhe foi concedido um grau de liberdade tão amplo quanto seus seguidores de esquerda interpretavam. É verdade que o PTB quase dobrou sua bancada de deputados, os partidos

menores também cresceram, entretanto, o Congresso continuava com maioria de conservadores, fato que obrigava a um acordo sobre as reformas.

Porém, os governistas, desprezando a necessidade de formar uma coalizão parlamentar multiclassista vencedora que implementasse as reformas dentro de um quadro institucional democrático, assumiram posturas que iam desde a rejeição total das medidas que solucionariam os graves problemas do País à ambigüidade com relação a essas mesmas medidas. O CGT, apesar de participar do governo, combateu o Plano, alegando que os aumentos salariais não eram responsáveis pela inflação; os radicais, por sua vez, consideravam o Plano Trienal entreguista; os empresários reagiram contra o controle de preços retirando seu apoio ao Trienal; enfim, todos passaram a minar o Plano no Congresso levando-o ao fracasso enquanto ação coletiva positiva.

Olson Mancur (1971) defende que os atores só realizam uma ação coletiva sob duas condições: a) se forem persuadidos, isto é, se obtiverem ganhos materiais e/ou psicológicos com a sua participação e/ou b) se forem coagidos a participar. Todavia, Elster (1989) acrescenta que os atores participam de ações coletivas sem estas condições se se conhecerem mutuamente.

Quais dessas condições o executivo reunia para estimular empresários e trabalhadores, que não queriam ceder em suas demandas tomando o Plano Trienal bem-sucedido? O presidente falhou em persuadi-los, pois esta tática dependia do nível de *confiança* de que dispunha que era quase inexistente em função das várias vezes que ele jogou com as divisões internas de seus seguidores em benefício próprio. Por exemplo, na guinada que deu à direita durante o Parlamentarismo visando restituir os plenos poderes. Conseqüentemente o presidente se via obrigado a usar da força. Força, aliás que ele de fato possuía sobre seus aliados, os sindicalistas, através do decreto do salário mínimo, dos dissídios trabalhistas, do direito à greve que eram decididos dentro do aparelho estatal – herança do getulismo, uma vez que não dispunha de mecanismos legais para controlar os preços e submeter os empresários às suas regras.

Porém, um governo apoiado pelos sindicalistas e dependente dele

não poderia utilizar desses instrumentos para garantir a execução de uma política salarial restritiva (Figueiredo, p.112). Além do mais Jango, sempre buscando lucros sem ônus, decide não agir contra a sua base política sindical e não tenta controlar os salários. Essa atitude foi interpretada por seus críticos como uma demonstração do presidente de não se comprometer abertamente com o Plano Trienal, deixando sempre, pelo contrário um flanco aberto a possíveis saídas estratégicas.

Para melhorar a sua posição frente aos empresários Jango adota uma nova estratégia: tentando diminuir sua dependência do CGT, apoiou uma nova organização sindical de característica mais moderada, que sustentasse sua política centrista de governo, a União Sindical dos Trabalhadores – UST. Sua atitude aumentou ainda mais as desconfianças de seus aliados que, unidos aos radicais do PTB, passaram a combater abertamente o Plano Trienal e a defender a Reforma Agrária.

Diante da crescente polarização, o presidente demonstrando não estar disposto a perder o apoio de seus aliados, cedeu às pressões destes, voltando-se para as reformas constitucionais, fazendo da Reforma Agrária a prioridade de seu governo. Começava, neste momento a última fase do governo João Goulart. Por um lado, os conservadores viam nas alterações constitucionais propostas pelo presidente acerca da reforma agrária, uma outra motivação: a tentativa de emendar a Constituição para continuar no poder. De outro, seus aliados, cada vez mais, se dividiam por conta de interesses pessoais, em função de seu próprio subjogo, ou seja a *ação independente* tornou-se a estratégia dominante. Enquanto isso, as facções à direita do governo se unificavam em torno de interesses comuns, tais como ordem, propriedade e hierarquia.

No entanto, o presidente ainda teve outra oportunidade de contornar os problemas, quando enviou o projeto de Reforma Agrária para apreciação das lideranças partidárias e conseguiu o consenso sobre quase todos os pontos. Todavia, o clima de conciliação é desfeito quando o PTB envia à Comissão Parlamentar, formada para discutir o assunto, uma emenda constitucional que possibilitaria a realização da Reforma Agrária propondo a expropriação de terras também nas áreas urbanas e sem indenização prévia em dinheiro. A emenda foi considerada radical pelos conservadores, que defendiam

reformas de base lentas e graduais, e por isso foi rejeitada pela Comissão.

Enquanto se discutia sobre a realização de uma Reforma Agrária gradual/consensual ou radical e imediata, cresceu a hostilidade entre esquerda e direita, que, a essa altura, estava cada vez mais polarizada em virtude das atitudes governistas. Demonstrando mais uma vez inabilidade política, a ala esquerda governista, liderada por Brizola, apelou para a força da opinião pública com o objetivo de forçar o Congresso a tomar uma decisão sobre o tema.

A Reforma Agrária “na lei ou na marra”, lema das Ligas Camponesas e sindicatos rurais, sintetizava a intransigência petebista; significava, principalmente, a exaustão de um recurso utilizado com sucesso pelos governistas durante o Parlamentarismo, isto é, a estratégia maximalista de pressionar o Parlamento através de mobilização da opinião pública para garantir a aprovação das reformas. Os esquerdistas não perceberam que a situação havia mudado e que eles não teriam outra oportunidade de realizar mudanças e de aumentar o seu poder dentro de regras democráticas.

A insistência na estratégia maximalista da coalizão radical pró-reformas baseava-se na crença de que eles sairiam vitoriosos num confronto com as forças de oposição; ainda empolgados com suas vitórias sobre o Parlamentarismo e com o plebiscito, os governistas não conseguiam discernir o *próprio grau* de poder de outros elementos que contribuíram para o êxito de suas ações no passado recente, tais como a contribuição de líderes oposicionistas, que viam, no Presidencialismo a manutenção de clientelismo. Durante o ano de 63, suas táticas intransigentes assustaram oposicionistas e contribuíram decisivamente para o golpe militar.

A derrota da emenda da Reforma Agrária no Congresso em 14 de maio de 1963 aumentou as greves no país. Sindicalistas e militares cada vez mais se antagonizavam. Goulart estava isolado e não sabia como manter o equilíbrio instável entre as forças opositoras. Optou pela decretação do estado de sítio, pelo fechamento do Congresso, atitudes que suscitaram críticas à direita, à esquerda e acrescentaram à sua lista de decisões mais um fracasso: a acusação de encenar um golpe bonapartista (Figueiredo, op.cit. p177).

Encontrando-se por um lado em conflito com seus aliados, com quem não conseguiu cumprir as suas promessas de reformas radicais e, de outro, com os seus opositores, Goulart, sem meios para impor a sua vontade, abandona temporariamente a estratégia dominante. A partir de então, tenta articular um grupo moderado para aprovar a Reforma Agrária, respaldado num governo de centro. O ministro San Tiago Dantas organizou a Frente das Oposições "positiva", de centro-esquerda, cujo objetivo era conter a radicalização das esquerdas e evitar o golpe que se avizinhava. Parecia tarde demais, pois já era outubro, as eleições presidenciais se aproximavam e o PSD articulava a sua saída do governo Goulart para apoiar JK para presidente.

O presidente, consciente de seu isolamento político, tomou sua última decisão dentro da Democracia: optou por apoiar a coalizão esquerdista, (Frente Progressista), acreditando que a força do povo e o aparato militar favorável a ele impediriam qualquer golpe. Partiu para estimular as mobilizações populares e participar destas e sua atitude somente reforçou a decisão dos militares legalistas que vinham sendo assediados por várias categorias, tais como mulheres em passeata, líderes da Igreja etc. Tal assédio também estimulou a formação de um bloco antigovernamental, que acabou por entender que dar um golpe "seria um risco calculado" (op.cit., p.182) e o fizeram, submetendo o País a 20 anos de poder autoritário.

3- O QUE PENSAM OS MILITARES:

Dois livros de Maria Celina D'Araújo et alli (1994) trazem à tona dezenove depoimentos da jovem e média oficialidade de 64; aqueles que, na época da revolução, eram tenentes-coronéis, foram responsáveis, no geral, pela execução da repressão e ocupação de postos centrais no processo de militarização do regime. Os depoimentos desses atores ajudam a entender a lógica e a origem da intervenção militar.

Segundo o general Meira Mattos e vários outros entrevistados, o impasse que gerou o parlamentarismo foi favorecido pelas declarações ambíguas dos líderes militares. Dizendo-se decepcionados com a falta de firmeza de tais líderes, muitos oficiais afirmam que a solução parlamentarista que possibilitou a posse de Goulart com poderes limitados representou uma derrota e não uma

imposição deles. Garantem que se os ministros militares tivessem sido mais claros e enfáticos em seu comunicado, o Congresso teria impedido Jango de assumir.

Discordamos dessa interpretação, porque entendemos que o jogo ocorrente em 61 não reunia condições suficientes para se deflagrar o golpe. Compartilhamos da idéia de Figueiredo quando ela afirma que o Congresso conservador da época dispunha de duas estratégias: ou mantinha o Presidencialismo e submetia os seus interesses ao risco que tal regime representava ou aliava-se à extrema-direita e ficava à disposição desta para ignorar o "formalismo" constitucional a fim de impedir o "comunismo". Prevaleceu, no entanto, o risco calculado: os conservadores preferiram remendar a Constituição, instituindo um novo regime que lhes garantiria a participação nas eleições de 65, opção que na época representava a solução institucional mais conveniente.

Nos depoimentos todos são unânimes em afirmar que agiram levados por um sentimento anticomunista alimentado desde a Intentona chamada de "traição comunista" de 35. Aquele movimento garantem os entrevistados, gerou ódios duradouros e desde então as Forças Armadas vinham se organizando contra qualquer tentativa subversiva.

Daquela experiência, constata o general, ficou o sentimento do potencial ameaçador e traiçoeiro que a doutrina comunista pode ter quando invade os quartéis, porque ela menospreza a hierarquia, os objetivos da corporação e prega obediência a outros princípios e a outros chefes, muitas vezes alheios ao meio militar. Quando "a subversão invadiu a caserna", atingindo as Forças Armadas nos aspectos da hierarquia e da disciplina, a situação se tornou intolerável (op.cit.,p.12).

A citação acima nos remete aos seguintes fatos: primeiro que talvez a quebra da hierarquia militar tenha sido a *condição suficiente* para que a correlação de forças tenha se definido em favor dos golpistas. Segundo, que a profundidade com que a subversão envolveu os militares provavelmente *foi a principal razão* pela qual as Forças Armadas em 64, diferentemente de sua ação histórica, não fizeram mais uma intervenção "moderadora", e tomaram, por mais de 20 anos, o poder. Além disso, destacamos que o apoio dado por

Goulart aos marinheiros rebeldes em 1963 conforma a opção futura dos atores, pois estava em jogo a decisão do presidente sobre por qual lado ele havia optado.

Curiosamente, praticamente todos os entrevistados viam Goulart “como um fraco”, manipulado por Brizola, para eles o grande vilão da história, responsável pelo endurecimento do regime em represália às ações terroristas de esquerda.

Ainda de acordo com os depoimentos, dois fatores levaram aos “Anos de Chumbo”: primeiramente, a constatação da fragilidade do “dispositivo militar de Goulart, que facilitou o golpe”: Isso fez com que aprendêssemos a lição, nos precavêssemos; em segundo lugar, o seqüestro do embaixador dos EUA, para eles, era uma demonstração de força incomum por parte das esquerdas. A partir de então, foi preciso desenvolver melhor o sistema de segurança.

Observemos que em decorrência do surgimento das guerrilhas ou concomitante a esse, foi criado o SNI logo no início do governo de Castelo Branco, e, nos fins dos anos 60, foram instalados órgãos similares dentro das Forças Armadas, tais como o Centro de Informações da Aeronáutica, o CIE e o Centro de Informação da Aeronáutica, o CISA.

Além do mais, diferentemente de Goulart, que sempre apostou todos os seus recursos políticos na força da mobilização popular para concentrar poder, os militares adotaram como estratégia dominante também a concentração de poder; porém, utilizaram, como instrumento para esse fim, a *informação* sobre todos, objetivando garantir o controle da situação.

Compreendemos essa busca de “segurança”, através da força, como uma variável que ajuda a contestar a tese de golpe classista de Dreifuss. Em praticamente todas as entrevistas, evidenciou-se a necessidade dos grupos militares de encontrar um líder que desse legitimidade aos planos de conspiração. Fato que desmistifica a idéia do autor de que havia um bloco de conspiração monolítico e organizado. Existia, é claro, um entendimento entre os militares em relação à questão “contra o que” e “contra quem” lutar. Mas as ações envolviam disputas internas.

Segundo depoimentos, o uso exacerbado da força se dá em função das disputas internas e da ausência de um projeto, o que acabou gerando o endurecimento do regime. O poder era a meta, o que fazer com ele era uma questão para ser discutida depois: seria decidido a partir do próprio desenrolar dos acontecimentos. Assim, enquanto os militares faziam a “limpeza” política, ideológica e moral, a tarefa de formular o Plano de Ação Econômica do governo foi entregue a uma equipe de economistas e técnicos – o PAEG.

Nesse aspecto, os depoimentos identificam dois grupos de conspiradores: um mais intelectualizado, ligado às Escolas Superiores das Forças Armadas, apelidado de “Sorbonne”, e o outro mais ligado à tropa. O primeiro grupo formado por generais unidos e entrosados com grupos políticos e empresariais e o segundo, por oficiais de baixa e média patente, menos orgânico que o primeiro. O ponto comum entre eles, no entanto, era a procura de um líder graduado.

Observemos que o grupo das tropas aliou-se a Costa e Silva, enquanto o grupo mais “intelectualizado” optou pelo general Castelo Branco, tido por todos como muito legalista e, em princípio, contrário à idéia do golpe. A adesão de Castelo Branco se explica inicialmente pela radicalização que alcançou os últimos dias do governo de Jango, radicalização tanto por parte das esquerdas quanto do presidente; em segundo lugar, pela subversão disciplinar e hierárquica causada pelos esquerdistas dentro das próprias Forças Armadas, fato inadmissível para os militares e que explica a coalizão para o golpe em 1964 e não em 1961; em terceiro lugar, pela preocupação com o fato de que a contra-revolução poderia ser desencadeada predominantemente pela “linha dura” das Forças Armadas.

Castelo assumiu, com o apoio da maior parte das Forças Armadas e dos políticos, convencidos pelo grupo da “Sorbonne” de que esta era a alternativa mais comprometida com a volta à normalidade. Ele desejava uma intervenção rápida, que se encerrasse com a devolução do poder aos civis. No entanto, enfrentou dificuldades desde a sua posse, imposta pela chamada “linha dura”, composta pelos militares agregados ao Ministro da Guerra Costa e Silva, que o fez sucessor de Castelo Branco para aprofundar as medidas “saneadoras”.

Na realidade, os “linha-duras” se investiram de uma utopia autoritária, acreditando que os militares, naquele momento, eram superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade e retidão moral (op.cit.p.9). Conseqüentemente, assumiram o poder dispostos a implementar medidas de restrição à participação e ao jogo político (op.cit,idem). Ou seja, a implantar a todo custo a ideologia da Segurança nacional.

Retomando a questão do uso da *informação e da força* como estratégia para obter o controle político e não repetir o erro de Goulart, os depoimentos confirmam que, ao invés de os militares estarem perfeitamente organizados e liderados, eles contaram com a ajuda do dispositivo militar de Jango, que era ineficiente. O sistema de segurança era falho; portanto, conspirar tornou-se uma tarefa fácil, posto que não havia um sistema eficiente de informações internas que fizesse chegar ao ministério e à presidência o real estado da tropa. Acrescentamos que tais falhas se somavam a incapacidade do presidente para negociar.

O general Gustavo Rego garante que o que aconteceu com Jango foi, 80%, por culpa do general Assis Brasil. Faltava-lhe conhecimento antecipado e oportuno. Erros graves de avaliação da situação, o descaso, a desinformação, a omissão e a falta de espírito militar dos ministros militares foram decisivos para o fim do governo. Se, por um lado, o Gabinete Militar não sabia de nada, Jango se sentia preso ao seu “dispositivo sindical-militar” e dizia que não podia trair aqueles que sempre tinham ficado ao seu lado. Um erro de Jango, garante o entrevistado, afirmando que entre os militares a tendência é sempre a legalidade, a aceitação das regras do jogo, pois os conspiradores sozinhos não fazem uma revolução, nem a conduzem; bastava uma declaração do presidente contra a subversão crescente e continuaríamos ao seu lado, afirma.

Elencando as falhas dos governistas, Gustavo Rego garante que sobravam vaidades pessoais: os generais Osvino e Kruel tiravam partido da influência que ambos exerciam sobre o presidente, o primeiro dominado pelos sindicalistas e Kruel querendo que Jango fizesse uma declaração contra o radicalismo – porém Goulart foi ao comício do Automóvel Club. Aquele episódio dos sargentos provocou um desequilíbrio. A instituição tinha que se defender. Se a coisa não tivesse atingido as Forças Armadas, os militares teriam

agüentado, garante o general.

Paradoxalmente, a indisciplina, que é considerada como um dos fatores mais graves, dentre os que provocaram a intervenção militar, foi também uma das condições cruciais para o sucesso da conspiração (op.cit. p.13). Muitos oficiais conspiraram contra seus chefes e doutrinaram suas tropas, enquanto procuravam um líder-general que os representasse e liderasse. A própria deflagração do movimento em Minas Gerais, por Olímpio Mourão Filho é tida por alguns como um ato de indisciplina, posto que foi um ato individual, tomado à revelia de outros conspiradores hierarquicamente superiores àquele general.

Contudo, pode-se inferir, dos depoimentos de os “duros”, que existem indisciplina e ousadia. A investida vitoriosa de Mourão, apesar de não aceita por todos os conspiradores, é tida como mais uma ação militar que buscava salvar o Brasil, salvaguardar a integridade nacional; afinal, os golpistas ainda hoje se colocam como os guardiões da honestidade, da moral e dos costumes, como se agissem guiados por “princípios éticos” e não *por interesses individuais e/ou corporativos*.

Um outro aspecto de destaque trata da participação dos Estados Unidos no processo de conspiração. Em seu depoimento, o general Otávio Costa garante que se comete grande injustiça ao atribuir aos americanos a inspiração do movimento de 64. Ele afirma que a guerra insurrecional e revolucionária da escola francesa, juntamente com os depoimentos da experiência portuguesa em Angola, os influenciou decisivamente. Contribuíram para a formulação da doutrina de guerra revolucionária que resultou no movimento militar de 64. A estratégia, segundo o general, era aprender com os oficiais que voltavam da ESG de Paris. Primeiro através de seminários e conferências, depois através dos currículos das Escolas de Estado-Maior e por fim dominados os currículos escolares, tais idéias dominavam igualmente a instrução da tropa.

Notemos que o depoimento acima contraria a afirmativa de que o golpe foi resultado de um movimento espontâneo, casual, pois percebemos que já nessa época se fortalecia o embrião da ideologia da “segurança nacional”. Evidencie-se que tais narrativas não significam que a jovem e média oficialidade de 64 corrobore a tese

de conspiração de René Dreyfuss, na qual o IPES-IBAD ocupa posição central na organização, planejamento e execução do golpe. Sua hipótese principal sobre o golpe é pertinente, mas não é suficiente para explicá-lo. É acertado o ponto-de-vista do autor no que se refere à participação de intelectuais, tecnocratas, empresários e militares do complexo IPES-IBAD no processo, principalmente posterior ao golpe. Esses membros do complexo IPES-IBAD colaboraram na instalação e institucionalização do regime autoritário; no entanto, é pouco provável que esta tenha sido a razão do golpe.

A despeito da opinião militar predominante de que o golpe foi resultado de ações dispersas e isoladas, embaladas, no entanto, pelo clima de inquietação e incerteza que invadiu a corporação; uma empreitada forçada pelas circunstâncias, percebe-se, através das entrevistas, que tal justificativa não é consistente. Leonidas Pires reafirma que "a revolução foi trabalhada, durante muito tempo, por tenentes-coronéis à procura de um líder. A liderança se fazia necessária, do contrário o movimento nasceria desestruturado, não institucionalizado e, pior, sem um ideário que o justificasse", conclui.

A dificuldade que os militares têm de se apresentar como atores que em 64 agiram orientados para a tomada do poder, talvez se explique pelo receio de serem julgados pela opinião pública. Para muitos depoentes, entre eles Leonidas Pires, a revolução saiu sob a pressão da sociedade civil. Ele confessa que as Forças Armadas se ressentem com a sociedade brasileira, porque ela foi uma das responsáveis pelo movimento e, hoje em dia, a mídia não se cansa de acusá-los de torturadores. É uma safadeza histórica, queixa-se.

Para concluir esta parte, faço minha uma reflexão de Celina et alli: muitos militares tentam minimizar as suas ações entre 64 e 84, alegando a divisão entre moderados e radicais dentro das Forças Armadas, destacando a tese de alternância no poder. Ou seja, quando um mandava outro estava de fora, conseqüentemente os excessos cometidos (exílios, prisões, torturas, desaparecimentos e mortes) não poderiam ser atribuídos aos militares. Ressaltamos que na verdade, quando um grupo estava na presidência significava que ele era, naquele momento, dominante; no entanto, isso não representava a quebra da unidade militar. Por exemplo, quando

Castelo era presidente, Costa e Silva era Ministro da Guerra.

Naturalmente que com a ascensão de os “duros”, com Costa e Silva, a repressão aumentou, exacerbou-se nos chamados “Anos de Chumbo”; porém, em qualquer desses períodos, os acordos foram feitos entre as duas facções. Se em 64 foi imprescindível conter o Comunismo para preservar a instituição militar, uma vez os militares no poder tornou-se igualmente necessário conter a “linha dura” para garantir a unidade militar. Entrou-se rápido para garantir a unidade militar e saiu-se mais lentamente para garantir a mesma união. A estratégia dominante dos *militares* foi sempre manter a unidade da instituição, independentemente do que fosse preciso fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Goulart poderia ter evitado o golpe. Para isso, contou com algumas oportunidades para a realização de reformas graduais e consolidação da democracia; no entanto, faltou-lhe habilidade política para negociar e sobrou a ambição para ser amado e guiado pelos braços do “povo”. Ele se associou a muitos que, desde o início, quando da tentativa do primeiro golpe militar, somente pactuaram em prol de interesses individuais e corporativos e passaram todo o governo tentando ocupar espaços próprios (Francisco Julião com As Ligas Camponesas, Brizola com a Reforma Agrária). Todos numa disputa interna que revelava a exacerbação da busca de “interesses imediatos e otimizados” que não se realizaram (Figueiredo, 1993 e Elster, 1993).

Estrategicamente deu uma guinada à direita, quando se aliou aos velhos coronéis do PSD que sustentaram o governo no Congresso; porém, à medida que sentiram que os seus interesses eleitorais não estavam garantidos com o presidente, o abandonaram à própria sorte e fortaleceram o conjunto de forças contra Jango. Este, inabilmente, perdeu o apoio dos Estados Unidos, especialmente quando não apoiou o ministro San Tiago Dantas de ataques dos radicais que o acusavam de realizar uma política conciliatória através do Plano Trienal. Resultado: os americanos que até o final de 1963 eram aliados, chegaram ao ponto de apoiar os conspiradores, supostamente enviando navios para a Costa brasileira para auxiliá-los.

Para essas alianças realizadas, lhes faltava o interesse real para conciliar Democracias e Reformas haja vista que entre 1961 e 1964 a democracia sempre viveu num equilíbrio instável. Faltava ainda, ações coletivas no sentido de alterar o quadro de inflação que assolava o país: a queda no PIB, o rebaixamento de salários, a perda do poder aquisitivo da classe média. As dificuldades econômicas sem dúvida contribuíram para enfraquecer o governo, e quem sabe ajudem a explicar porque o “ povo” não saiu às ruas no dia 31 de março de 1964 para enfrentar os conspiradores. Przeworski afirma que “as pessoas”, ao darem seu voto a um partido, não estão pensando exclusivamente nos bens públicos, “elas votam contra o governo quando sua renda pessoal declina ou o desemprego aumenta” (op.cit., p.60).

A utilização da radicalização via pressão extraparlamentar enquanto tática política estruturou as relações entre o presidente, seus aliados e opositoristas. Equivocadamente Jango não se preparou para as reações advindas de sua estratégia, em função de alguns fatores: contou com o apoio das “massas” para protegê-lo, influenciado pelo pensamento (retórica esquerdista) da época de que a revolução comunista está vindo e finalmente com fato histórico de que no Brasil, os militares sempre atuaram no sentido de manutenção da ordem, seguido de devolução do poder aos civis. Movido por tal raciocínio ele tentou impor a reforma radical, partindo inclusive para apoiar a sublevação de soldados de baixa patente ferindo a hierarquia militar. Acreditou no legalismo das Forças Armadas em quaisquer circunstâncias se descuidando do próprio “dispositivo militar” sobre o qual não tinha controle e somente descobriu tarde demais.

Os equívocos e ambigüidades de Goulart que oscilou entre as diversas forças que *interessadamente* o apoiavam e não trabalhou firmemente nem pelas reformas nem pela Democracia demonstram que ele não compreendeu que “são restritas as condições dentro das quais a democracia se torna um estado de equilíbrio entre estratégias descentralizadas das forças políticas autônomas. É por isso que a democracia tem-se revelado historicamente uma forma frágil de organização dos conflitos políticos” (Przeworski, 1993,p.56).

O entendimento de Goulart como um ator que fez escolhas que limitaram as suas ações futuras, contrapõe-se às explicações

exclusivamente estruturais das lutas de classes que supostamente teriam determinado o golpe de 64. Relativiza a tese de inevitabilidade de Dreifuss demonstrando as insuficiências analíticas daqueles que explicam a deposição de Goulart em função de fatores macroestruturais econômicos (Dreifuss) ou político-estrutural (Santos). Pois, a luta de classes não foi condição *necessária* nem *suficiente* para a eclosão do autoritarismo em 1964.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart*. Rio: Civilização Brasileira, 1978.

D'ARAÚJO, Maria Celina et alii. *Visões do Golpe: A Memória Militar sobre 1964*. RJ: Relumê-Dumará, 1994.

_____. *Os Anos de Chumbo- A Repressão*. RJ: Relumê-Dumará, 1994.

DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELSTER, John. *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*. RJ: Relumê-Dumará, 1994.

_____. *Marx Hoje*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? alternativas Democráticas à Crise política: 1961- 1964*. R.J.: Paz e Terra, 1993.

OLSON, Mancur. *The Logic of Collective Action: Public Goods and Theory of Groups*. Cambridge, Havard University Press, 1971.

IANNI, Octávio. *O colapso do Populismo no Brasil*. Rio: Civilização Brasileira, 1988.

PAGE, Joseph A. *A revolução que Nunca Houve*. Rio: Record, 1972.

PARKER, Phyllis R. 1964: *O Papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio: Civilização Brasileira, 1977.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. Rio: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Democracia e Mercado*. RJ: Relumê-Dumará, 1993.

SANTOS, Wanderlei Guilherme. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. SP: Vértice, 1988.

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres*. SP.: Ática, 1994.

_____. *As Prerrogativas Militares nas Transições Brasileira, Argentina e Espanhola*. RBCS, n. 19, ano 7, junho de 1992, pp.56-65.

